PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2010
Em milhares de Reais

A T I V O	Notas	31.12.2010	31.12.2009
ATIVO		**276.215**	**372.860**
Disponibilidades		1	1
Compromisso de Revenda	**5**	273.897	370.477
Depósitos Judiciais	**6**	2.317	2.299
Créditos a Receber		-	83
TOTAL		**276.215**	**372.860**

P A S S I V O	Notas	31.12.2010	31.12.2009
PASSIVO		**111.867**	**163.083**
Coberturas a Pagar	**7**	41.821	72.447
Precatórios a Pagar	**8**	4.763	4.651
Provisões	**9**	62.830	83.019
Outros		2.453	2.966
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**164.348**	**209.777**
Resultados Acumulados		164.348	209.777
TOTAL		**276.215**	**372.860**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	Notas	2010	2009
Receitas de Contribuições	**11**	196.656	189.943
Repasses da União	**12**	-	361.879
Despesas de Benefícios	**13**	(270.721)	(584.238)
Remuneração dos Agentes	**14**	(2.914)	(8.821)
(=) Resultado de Operações		(76.979)	(41.237)
Receitas de Juros		25.335	25.404
Despesas de Juros		(7.366)	(6.946)
(=) Resultado Líquido com Juros	**15**	17.969	18.458
Outras Receitas	**16**	26.173	9.567
Outras Despesas	**16**	(12.592)	(9.194)
RESULTADO NO PERÍODO		**(45.429)**	**(22.406)**

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**209.777**	**209.777**
Resultado do exercício	(45.429)	(45.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**164.348**	**164.348**
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**232.183**	**232.183**
Resultado do exercício	(22.406)	(22.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**209.777**	**209.777**

1 - O PROAGRO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e regulamentado pelo Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro tem por objetivos:

a) exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações;

b) indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados.

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador desse programa, em nome do qual realiza todas as operações, em razão de o Proagro não possuir personalidade jurídica, sendo a Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro – Gerop responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

O Proagro está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Atualmente, o Proagro é regido pelas disposições contidas no Capítulo XVI da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a redação dada pelo art. 25 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 29 de março de 2011 e encontram-se publicadas no sitio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

Desde 1992, por força do Voto BCB 861/1992, de 16 de dezembro de 1992, o Proagro deve adotar os mesmos padrões contábeis aplicáveis ao Bacen, os quais são estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme previsto na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. No ano de 2002 o CMN determinou que as demonstrações financeiras do Bacen passassem a adotar as Normas Internacionais de Informações Financeiras – NIIFs, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, processo que se completou em 2007 com a publicação do primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras do Bacen em conformidade com as NIIFs.

Para o Proagro, a adoção das NIIFs encontra-se em processo de implementação, tendo as demonstrações financeiras referentes ao exercício em curso sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis detalhadas na nota 3.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pelo Proagro, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração de Resultado

O resultado do Proagro é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido.

3.2. Imunidade Tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Proagro possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre o seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.3. Provisões para pagamento de passivos

O Proagro reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

4 - AJUSTES CONTÁBEIS

Em decorrência da indisponibilidade de recursos o Proagro acumulou, no período de 15 de agosto de 1991 a 14 de junho de 1996, expressivo montante de despesas pendentes de ressarcimento, assim entendidas as dívidas vencidas referentes a indenizações e demais despesas deferidas e imputáveis ao Programa. Assim, por meio do Decreto nº 1.947, de 28 de junho de 1996, foi instituída a securitização dessas dívidas, tendo o Banco Bamerindus S.A. aderido ao processo. No momento da formalização da adesão do agente ao processo de securitização, tais valores foram baixados dos registros do Proagro.

Em 26 de março de 1997, antes da conclusão do processo pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, foi decretada a intervenção do Banco Bamerindus S.A. pelo Bacen, intervenção esta que foi posteriormente convolada em liquidação extrajudicial. Enquadrado o Banco Bamerindus S.A. na condição de instituição financeira em regime especial, a securitização restou prejudicada, tendo em vista que o agente não possuía as certidões negativas necessárias à formalização do contrato de securitização.

Em 2006, dada a impossibilidade da securitização e tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 1.947, de 1996, que determina o pagamento em moeda corrente das despesas enquadradas no referido diploma legal, referentes a financiamentos concedidos por instituições em regime especial, os autos foram então devolvidos ao Bacen para que se procedesse ao pagamento. Entretanto, apenas em 2010 o Bacen, na qualidade de administrador do programa, reconheceu a obrigação do Proagro para com o agente e apurou os valores pendentes de ressarcimento.

Dessa forma, foram efetuados ajustes nos valores comparativos de 2009 com o objetivo de refletir a contabilização de tais dívidas nas demonstrações financeiras do Proagro. Os quadros a seguir apresentam os valores originalmente publicados e os ajustes efetuados.

4.1. Balanço Patrimonial

	Saldo de 31.12.2009	Ajuste contábil	Saldo ajustado de 31.12.2009
Passivo			
Coberturas a Pagar	53.001	19.446	72.447
Outros	2.736	230	2.966
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	229.453	(19.676)	209.777

4.2. Demonstração do Resultado

	Saldo de 31.12.2009	Ajuste contábil	Saldo ajustado de 31.12.2009
Receitas de Juros	25.404	-	25.404
Despesas de Juros	(4.687)	(2.259)	(6.946)
= Resultado Líquido com Juros	20.717	(2.259)	18.458
Resultado do Período	**(20.147)**	**(2.259)**	**(22.406)**

4.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Saldo de 31.12.2009	Ajuste contábil	Saldo ajustado de 31.12.2009
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**249.600**	**(17.417)**	**232.183**
Resultado do Período	(20.147)	(2.259)	(22.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**229.453**	**(19.676)**	**209.777**

5 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2010	31.12.2009
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	273.897	370.477
Garantias	275.354	371.638

A variação observada no período é decorrente, principalmente, do resgate de recursos para fazer frente às despesas de benefícios (coberturas) no período, uma vez que não houve repasse orçamentário da União no exercício de 2010 (nota 12).

6 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se aos depósitos constituídos por determinação legal, vinculados a ações judiciais em curso, para os quais existe o reconhecimento de uma provisão (nota 9). São remunerados pela Taxa Referencial – TR e, em função dessa vinculação, ficam indisponíveis até a decisão judicial sobre a questão em litígio.

7 - COBERTURAS A PAGAR

Referem-se aos valores de cobertura de sinistros ainda não pagos, cujos pedidos foram deferidos pelos agentes do Programa ou pela Comissão Especial de Recursos – CER, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, destinado a julgar em única instância administrativa os recursos contra as decisões dos agentes do Proagro.

A variação está associada à redução da quantidade de sinistros ocorridos no período, conforme destacado na nota 13.

8 - PRECATÓRIOS A PAGAR

Segundo dispõe o § 5° do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1° de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional 30, de 13 de setembro de 2000, os precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em atenção ao disposto no art. 29 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo Proagro (entidade devedora). O saldo existente em 31 de dezembro de 2010 refere-se aos precatórios a serem pagos nos exercícios de 2011 e seguintes.

9 - PROVISÕES

O Proagro era parte em 442 ações judiciais em 31 de dezembro de 2010 (2 no polo ativo e 440 no polo passivo) relacionadas, principalmente, a contestação das decisões tomadas no âmbito do Programa sobre os pedidos de cobertura dos produtores rurais. Em 31 de dezembro de 2009 o total era de 400 (3 no polo ativo e 397 no polo passivo).

A área jurídica do Bacen avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%. Em 2010 foram contabilizadas provisões para 93 ações (106 em 2009). O quadro a seguir apresenta a movimentação da conta de provisões durante o exercício:

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	**83.019**	**88.757**
Movimentação	**(20.189)**	**(5.738)**
Constituição	5.790	3.160
Reversão de Provisões	(24.925)	(8.328)
Transferência para Precatório	(1.054)	(570)
Saldo Final	**62.830**	**83.019**

Os valores das ações judiciais são corrigidos pela taxa Selic.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram consideradas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2010 havia 160 ações nessa situação (122 em 2009), totalizando R$85.947 (R$26.428 em 2009).

A variação no período decorre, principalmente, da reversão de provisões, motivada por decisão em processo judicial que considerou devido valor inferior ao originalmente estimado.

O quadro a seguir apresenta o valor das provisões distribuído em função do prazo esperado para a conclusão das ações:

	31.12.2010	31.12.2009
2010	-	71.640
2011	6.998	3.012
2012	48.010	5.376
2013	322	350
2014	415	702
2015	5.610	484
2016	404	332
2017	47	45
2018	147	140
2019	608	580
2020	-	175
2021	246	183
2022	23	-
Total	**62.830**	**83.019**

10 - VALORES NÃO RECONHECIDOS

Os itens a seguir não se encontram adequadamente registrados na contabilidade do Proagro, podendo vir a constituir-se em exigibilidades adicionais do Programa:

a) despesas referentes a decisões adotadas pela CER que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen. Em sua decisão final, o Tribunal de Contas da União – TCU determinou a execução dessas decisões ou, nos casos em que o Bacen julgar conveniente, a impetração de ação judicial com o objetivo de desconstituí-las. O montante não contabilizado em 31 de dezembro de 2010, segundo a melhor estimativa possível no momento, é de R$ 13.843. O exame e a execução das respectivas decisões, a cargo da Gerop, devem ser concluídos em 2011;

b) devolução de receitas de adicional (contribuição do participante) recolhido em duplicidade, cujo valor estimado é de aproximadamente R$3.800;

c) despesas referentes aos processos cujas decisões dos agentes do Proagro (instituições financeiras) quanto ao pedido de cobertura foram contestadas pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso à CER. Em 31 de dezembro de 2010, para um estoque de 1.651 recursos que se encontrava pendente de julgamento, estima-se uma despesa de aproximadamente R$3.597, mantidos os índices históricos de deferimento.

11 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Referem-se à contribuição dos participantes, denominada "adicional do Proagro" (prêmio), correspondente a um percentual do valor amparado pelo Proagro, ou seja, da parte financiada e dos recursos próprios do produtor, sendo que a alíquota varia conforme o tipo de lavoura/cultura.

A variação verificada no período decorre do aumento do número de contratações (565.656 em 2010 e 537.033 em 2009).

12 - REPASSES DA UNIÃO

Os repasses da União ao Proagro foram determinados pelo Decreto nº 175, de 1991, e devem ocorrer sempre que as disponibilidades do Programa não forem suficientes para cobrir os benefícios por ele amparados.

De acordo com o disposto na Medida Provisória nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, o Poder Executivo está autorizado a pagar a diferença entre os valores recolhidos a título de adicional e as importâncias devidas como indenizações e as demais despesas incorridas pelo Proagro a partir da vigência da Lei nº 8.171, de 1991.

Durante o exercício de 2010, não obstante constar do Orçamento Geral da União a verba de R$200.000 destinada ao Proagro, o repasse não foi realizado pelo Tesouro Nacional.

13 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS

Referem-se, principalmente, ao pagamento de cobertura das operações vinculadas ao "Proagro Mais", segmento do Programa destinado a atender aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A variação dessas despesas em relação a 2009 tem como fundamento principal a redução da quantidade de sinistros (16.169 em 2010 e 70.817 em 2009), haja vista a ocorrência de situações climáticas mais favoráveis.

14 - REMUNERAÇÃO DOS AGENTES

Referem-se à remuneração a que fazem jus os agentes do Proagro pelos serviços prestados ao Programa (análise de pedidos de cobertura), correspondente a R$0,1 (cem Reais) por empreendimento analisado, independentemente do deferimento.

15 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

	2010	2009
Receitas de Juros	**25.335**	**25.404**
Compromisso de Revenda	23.084	24.959
Outras	2.251	445
Despesas de Juros	**(7.366)**	**(6.946)**
Coberturas	(6.998)	(6.595)
Outras	(368)	(351)
Resultado Líquido com Juros	**17.969**	**18.458**

A variação do resultado líquido com juros é decorrente, principalmente, da redução do saldo médio aplicado em operações compromissadas em 2010, comparativamente a 2009.

16 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2010	2009
Outras Receitas	**26.173**	**9.567**
Reversão de Provisões (nota 9)	24.925	8.328
Outras	1.248	1.239
Outras Despesas	**(12.592)**	**(9.194)**
Constituição de Provisões (nota 9)	(5.790)	(3.160)
Taxa de Administração	(6.719)	(6.034)
Outras	(83)	-

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A fixação da alíquota de adicional independe de cálculo atuarial, tendo em vista que o equilíbrio econômico do Programa é dado pelos repasses do Governo Federal e que a contribuição do beneficiário (taxa de adicional) é determinada de acordo com as diretrizes de política agrícola do Governo Federal.

Deoclécio Pereira de Souza
Gerente-Executivo da Gerência-Executiva
de Regulação e Controle das
Operações Rurais e do Proagro

Eduardo de Lima Rocha
Chefe do Departamento de Contabilidade e
Execução Financeira
Contador - CRC-DF 12005/O-9

KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Administrador do
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro
(Administrado pelo Banco Central do Brasil - Bacen)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis detalhadas na Nota Explicativa n° 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Exceto pelo mencionado no parágrafo a seguir, "Base para opinião com ressalva", acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

KPMG

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 10, as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias referidas no parágrafo 1 não contemplam os efeitos das seguintes situações: (a) despesas não contabilizadas referentes a decisões adotadas pela Comissão Especial de Recursos – CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen, no montante estimado pela Administração de R$ 13.843 mil; (b) receitas de adicional a devolver (contribuição do participante), no montante estimado pela Administração de R$3.800 mil e (c) despesas referentes aos processos cujas decisões dos agentes do Proagro quanto ao pedido de cobertura foram contestados pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso a CER, no montante estimado pela Administração de R$ 3.597 mil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", e dos possíveis efeitos da ênfase sobre o equilíbrio econômico do programa, se algum, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis detalhadas na Nota Explicativa nº 3.

Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações, as quais não foram preparadas de acordo com as IFRS ou *framework* conhecido, devendo portanto serem lidas neste contexto.

Ênfase sobre o equilíbrio econômico do programa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, o equilíbrio econômico do Programa é garantido pelos repasses do Governo Federal, os quais ocorrem com periodicidade anual, sendo estes repasses necessários para complementar os adicionais recebidos (receitas de contribuição), que em virtude das características da política agrícola do Governo Federal são insuficientes para o custeio do Programa. Não obstante a possibilidade de repasses adicionais por parte da União quando da ocorrência de perdas superiores aos montantes previstos, entendemos que os tramites legais necessários para a alocação dos recursos adicionais, podem resultar em morosidade no cumprimento de suas obrigações.

Brasília, 29 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Ricardo Armesini Souza
Contador CRC SP-152233/O-6 S-DF

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2010
Em milhares de Reais

A T I V O	Notas	31.12.2010	31.12.2009
ATIVO		**1.109.947**	**1.089.434**
Disponibilidades		11	16
Depósitos a Prazo em Moedas Estrangeiras	**4**	8.426	-
Compromisso de Revenda	**5**	1.100.340	1.087.991
Títulos Públicos Federais		882	1.129
Créditos com o Governo Federal		288	298
TOTAL		**1.109.947**	**1.089.434**

P A S S I V O	Notas	31.12.2010	31.12.2009
PASSIVO		**172**	**104**
Credores Diversos		172	104
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7**	**1.109.775**	**1.089.330**
Resultados Acumulados		1.109.775	1.089.330
TOTAL		**1.109.947**	**1.089.434**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	Notas	2010	2009
Despesas com Projetos	**8**	(75.096)	(66.462)
Receitas de Juros	**9**	97.728	98.285
Ganhos (Perdas) com Moedas Estrangeiras		(550)	-
Outras Despesas		(1.637)	(1.358)
RESULTADO NO PERÍODO	**10**	**20.445**	**30.465**

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**1.089.330**	**1.089.330**
Resultado do exercício	20.445	20.445
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**1.109.775**	**1.109.775**
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**1.058.865**	**1.058.865**
Resultado do exercício	30.465	30.465
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**1.089.330**	**1.089.330**

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	2010	2009
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais	**(5)**	**5**
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	85.244	67.423
(Aplicação) resgate de operações com títulos	336	307
(Pagamentos) recebimentos do Governo Federal	54	50
Resgate (constituição) de depósitos a prazo	(8.976)	-
Pagamento de taxa de administração do Bacen	(1.637)	(1.358)
Pagamento de despesas de projetos	(75.026)	(66.417)
Fluxo de Caixa Líquido	**(5)**	**5**
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(5)	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16	11
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11	16

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

1 - A REDI- BC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao ser regulamentada pela Resolução CMN nº 3.074, de 24 de abril de 2003, e pelo Voto BCB nº 234, de 20 de agosto de 2003, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque – Recheque e tem o seu objetivo definido na forma do art. 1º do Regulamento anexo à Portaria nº 37.687, de 18 de dezembro de 2006, conforme a seguir:

"Art. 1º Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico."

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Redi-BC não possuir personalidade jurídica, sendo a Gerência-Executiva de Projetos – Gepro responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Redi-BC está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

A Redi-BC está sujeita à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 29 de março de 2011 e encontram-se publicadas no sitio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Redi-BC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – NIIF, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A NIIF 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

a) a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – NIC 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo *IASB* em três fases, conforme a seguir:

   - Fase 1: classificação e mensuração;

   - Fase 2: *impairment*; e

   - Fase 3: contabilidade de *hedge.*

b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída, estando prevista pelo *IASB* a efetiva conclusão das três fases para meados de 2011; e

c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Redi-BC.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Redi-BC, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Redi-BC, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido (nota 10). No contexto do objetivo da Redi-BC, os desembolsos com projetos são contabilizados como despesas.

A NIC 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras prevê, a partir de janeiro de 2009, a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA do período. O objetivo da DRA é evidenciar o lucro econômico de uma entidade, demonstrando os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

A Redi-BC adotou a política contábil de apresentar a DRA segregada da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE em suas demonstrações financeiras. No entanto, considerando a inexistência de itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido no exercício de 2010, que requeressem a sua divulgação na DRA, essas demonstrações financeiras não contemplam o referido demonstrativo.

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos ou prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Redi-BC não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Operações em moedas estrangeiras

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. Mensalmente, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio do final do mês e os ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo Bacen, tendo como base a média das taxas efetivas de transação no mercado interbancário, ponderada pelo volume de transações. As transações fechadas em taxas que mais se distanciam da média do mercado (outliers) e as transações evidenciando formação artificial de preço ou contrária às práticas regulares do mercado são excluídas dos cálculos.

Em 2010 as operações em moeda estrangeira eram representadas por cartas de crédito em euro (nota 4), cuja cotação utilizada na data de fechamento do balanço foi 2,2273.

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.4.2. Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.4.3. Registro de ativos e passivos pelo saldo líquido

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

3.4.4. Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor Justo a Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.4.5. Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Disponibilidades	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	Mantidos até o Vencimento	Custo Amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado

Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Credores Diversos	Outros Passivos	Custo Amortizado

O valor justo das operações avaliadas pelo custo amortizado não apresenta diferenças significativas do seu custo amortizado, tendo em vista tratar-se de operações à vista ou de curto prazo.

3.4.6. Provisão para perda de ativos financeiros

A Redi-BC efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

a) dificuldades financeiras do devedor;

b) o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;

c) renegociação ou abatimento;

d) liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;

e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.5. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Redi-BC possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.6. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4 - DEPÓSITOS A PRAZO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Referem-se a depósitos a prazo mantidos pela Redi-BC em instituições financeiras no exterior destinados ao pagamento, mediante carta de crédito, de despesas com projetos em moedas estrangeiras.

Durante o exercício de 2010 foi efetuada a contratação de carta de crédito em euro destinada ao pagamento de empresa no exterior em decorrência do fornecimento e instalação de sistema de destruição e compactação de numerário, no âmbito do projeto de "Modernização da destruição de numerário no Bacen" (nota 8.3).

5 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são constituídas sem cláusula de "livre movimentação", ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2010	31.12.2009
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	1.100.340	1.087.991
Garantias	1.108.239	1.096.401

6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

Ativos Financeiros	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Empréstimos e Recebíveis	1.109.065	1.088.305
Mantidos até o Vencimento	882	1.129
Total	**1.109.947**	**1.089.434**

Os ativos da Redi-BC não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se referirem a operações à vista ou de curto prazo.

7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A rubrica Resultados Acumulados inclui todos os resultados acumulados pela Redi-BC desde a criação da Recheque (nota 1), uma vez que não existe distribuição dos resultados acumulados.

8 - DESPESAS COM PROJETOS

Os projetos conduzidos com recursos da Redi-BC estão classificados de acordo com a etapa em que se encontram:

a) Projetos em elaboração – são aqueles que já se encontram aprovados pela Diretoria Colegiada e estão em fase de detalhamento das ações que irão compor o plano do projeto;

b) Projetos em execução – projetos que iniciaram efetivamente a realização das ações previstas no plano do projeto;

c) Projetos concluídos – todas as etapas previstas foram realizadas, conforme apontado no plano do projeto, o relatório final foi elaborado e a reunião de encerramento efetuada, não havendo mais desembolso de recursos, exceto daqueles referentes ao pagamento de ações realizadas dentro do prazo de execução das atividades, mas que ainda necessitam quitação;

d) Projetos cancelados – que tiveram sua execução cancelada por solicitação da unidade interessada, pela Gepro ou pelo coordenador do Comitê de Projetos Corporativos – CPC nos casos previstos no Regulamento. Todas as propostas de cancelamento devem ser encaminhadas à consideração da Diretoria Colegiada.

Os quadros a seguir apresentam um detalhamento do comportamento dessas despesas:

8.1. Despesas com projetos – agregado

Projetos	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2009	em 2010	até 31.12.2010
Em Elaboração	5.527	-	4	4
Em Execução	539.306	103.208	68.214	171.422
Concluídos	42.239	24.386	6.878	31.264
Cancelados	2.558	-	-	-
Total	**589.630**	**127.594**	**75.096**	**202.690**

8.2. Projetos em elaboração

Projetos em Elaboração	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2009	em 2010	até 31.12.2010
- Consolidação e Elevação do Grau de Maturidade em Gerenciamento de Projetos do Bacen	2.828	-	-	-
- Modelos de Projeção e Sistema para Simulação do Mercado de Crédito Brasileiro	2.370	-	4	4
- Vigilância	329	-	-	-
Total - Projetos em Elaboração	**5.527**	**-**	**4**	**4**

Sobre os projetos em elaboração, cabe ressaltar que o coordenador do CPC pode autorizar, excepcionalmente, desembolso de recursos para a finalização do plano do projeto, se para tanto for necessária a realização de despesas com viagens das equipes.

8.3. Projetos em Execução

Projetos em Execução	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2009	em 2010	até 31.12.2010
- Aperfeiçoamento da ação da auditoria interna do Bacen	2.549	71	40	111
- Aperfeiçoamento da execução da política cambial	316	-	96	96
- Aperfeiçoamento do controle interno da contabilidade	1.152	-	-	-
- Aperfeiçoamento do Monitoramento das Operações das Reservas Internacionais	381	-	25	25
- Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Crédito Imobiliário	689	188	320	508
- Aprimoramento do Marco Regulatório do Mercado de Câmbio e de Capitais Internacionais	544	-	82	82
- Avaliação (*Assessment*) do processo de supervisão do Sistema Financeiro Nacional realizado pelo Bacen	439	-	241	241
- Avaliação da carteira ótima do Banco Central nas operações de mercado aberto	234	-	26	26
- Construção de indicadores de estabilidade financeira	467	243	96	339
- Desenvolvimento de Solução Integrada para Abordagem de Gestão de Ativos com Base em Gerenciamento de Riscos	440	-	35	35
- Diagnóstico do Funcionamento da Gerência de Custódia, Liquidação e Linha de Crédito nas Operações com Títulos	453	-	55	55
- Diesp - Estudos sobre modelos estruturais dinâmicos de equilíbrio geral estocástico para avaliação de políticas	505	205	117	322
- Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos	7.931	2.656	3.940	6.596
- Estudo de Modelos de Taxas de Juros, Inseridos em Ambientes Macroeconômicos, Utilizando Argumentos de Não Arbitragem e Equilíbrio	254	-	26	26
- Gepad - Atualização	492	5	312	317
- Gerenciamento do processo de produção de votos e recuperação instantânea de votos, atas e estudos correlatos	847	64	-	64
- Gestão Estratégica de Serviços Jurídicos Corporativos - Ação Prospectiva	1.946	14	351	365
- Gestão Estratégica do Bacen	8.767	1.506	6.053	7.559
- Harmonização de estatísticas macroeconômicas no âmbito do Mercosul	417	64	68	132
- Implementação de Basiléia II - Fases 2, 3 e 4	10.991	-	1.654	1.654
- Leis de Bancos Centrais	92	36	22	58
- Livro comemorativo dos 10 anos de implantação do regime de metas para inflação no Brasil	200	-	-	-
- Mensuração e Regulação de Risco em Períodos de Crise	222	-	8	8
- Modelos de Projeção	738	41	161	202
- Modernização da destruição de numerário no Bacen	13.232	98	1.088	1.186
- Modernização da Educação a Distância no Bacen - Fase 1: Modelagem	559	-	76	76
- Modernização da infraestrutura dos edifícios funcionais do Banco Central	225.438	5.693	15.152	20.845
- Modernização do Sistema Câmbio	4.197	-	207	207
- Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen	13.409	8	2.442	2.450
- Modernização do STR - Redução de riscos e aumento da eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central	25.296	14.545	3.802	18.347
- Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro	979	173	270	443
- Operacionalização do Empréstimo de Última Instância pelo Banco Central	343	-	101	101
- PDTI 2009/2001: Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Banco Central do Brasil	19.273	5.677	7.020	12.697
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil	5.782	2.562	25	2.587
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão de Tecnologia da Informação	3.830	1.147	1.125	2.272
- PDTI 2009/2011: Atualização da infraestrutura para automação de escritórios (micros, *notebooks*, aplicativos)	12.000	1.084	4.963	6.047
- PDTI 2009/2011: Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil	8.350	-	2.491	2.491
- PDTI 2009/2011: Atualização das soluções de *hardware*	32.384	7.690	1.198	8.888
- PDTI 2009/2011: Atualização do ambiente de desenvolvimento de soluções de TI	4.059	9	672	681
- PDTI 2009/2011: Atualização e monitoramento das soluções de *software*	790	27	523	550
- PDTI 2009/2011: Capacitação dos servidores do Banco Central nas novas tecnologias	1.600	94	319	413
- PDTI 2009/2011: Consolidação do ambiente de inteligência de negócios para o Banco Central do Brasil	1.209	-	896	896
- PDTI 2009/2011: Estruturação e divulgação de carteira de soluções de TI para a organização	1.000	24	74	98
- PDTI 2009/2011: Migração do legado para a plataforma distribuída	2.900	333	548	881
- PDTI 2009/2011: Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Banco Central	5.412	-	641	641
- PDTI 2009/2011: Implementação de Tecnologia ECM e BPM	8.300	1.225	3.479	4.704

- Plano de continuidade de negócios do Banco Central do Brasil	228	55	5	60
- Pontos críticos da fase de instauração dos processos administrativos punitivos e das comunicações a outros órgãos	986	686	109	795
- Pós-graduação - Especializações e Mestrados Profissionais	1.824	531	453	984
- Programa de Revitalização e Organização da Tecnologia de Informação	43.000	42.666	89	42.755
- Projeto Convergência - Redução de Assimetrias	574	-	86	86
- Projeto Inclusão Financeira I - Diagnóstico e articulação	835	298	210	508
- Projeto Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo	1.205	-	91	91
- Reaparelhamento da Segurança	6.104	1.682	1.327	3.009
- Recuperação de créditos do Bacen inscritos em Dívida Ativa ou em Depósitos Judiciais (precatórios e ações rescisórias)	5.227	1.305	596	1.901
- Recuperação de normativos com referências cruzadas	585	85	-	85
- Redução de riscos do CCR	1.534	960	266	1.226
- Saneamento do Universo Fiscalizável pelo Banco Central do Brasil	1.046	-	121	121
- SAR - Sistema de Administração das Reservas	8.962	8.501	462	8.963
- Sistema de Acesso aos Processos Administrativos Punitivos	562	-	-	-
- Sistema de cadastro e de autorizações do Banco Central - Fase diagnóstico e modelagem	1.936	37	27	64
- Sistema de Controle de Acesso	10.858	27	3	30
- Sistema de informações de crédito do Bacen - SCR - Funcionalidades essenciais pendentes	3.049	138	442	580
- Sistema de planejamento e acompanhamento das ações da Área de Fiscalização	846	8	71	79
- Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros	6.615	-	112	112
- Sondagem de Tendências do Setor de Serviços no Brasil	2.941	368	548	916
- Sondagem sobre Formação de Preços	768	-	-	-
- Transporte Seguro de Numerário	450	-	-	-
- Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen	7.210	379	2.091	2.470
- V Seminário sobre Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária	553	-	265	265
Total - Projetos em Execução	**539.306**	**103.208**	**68.214**	**171.422**

A não realização de despesas no exercício em alguns projetos nessa fase decorre do cancelamento de ações inicialmente previstas ou porque as ações praticadas nesse período não envolveram desembolso de recursos financeiros.

Em relação aos projetos em execução, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

a) "Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos" visa melhorar os processos de gerenciamento de projetos e a implantação de software específico;

b) "Gestão Estratégica do Bacen" visa: (i) aperfeiçoar o processo de planejamento da instituição; (ii) implantar modelo de gestão estratégica, com foco em resultados; (iii) mapear, documentar, analisar e redesenhar processos de trabalho do Bacen considerados prioritários, implantar método para atualização dos processos de trabalho e para monitoramento e análise dos indicadores de resultados dos processos; (iv) avaliar a estrutura organizacional atual do Bacen e indicar possíveis ajustes; e (v) capacitar servidores e manualizar toda a metodologia aplicada no Projeto;

c) "Implementação de Basiléia II – Fases 2, 3 e 4" visa dar continuidade às ações iniciadas com os projetos estratégicos "Basiléia II Fase 1" e "Basiléia II Não-Bancário", com o objetivo de implementar a nova estrutura de capital, de acordo com as recomendações do Acordo de Basiléia (Basiléia II), em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente, que envolve a mensuração e respectiva metodologia para cálculo da exigência de capital para cobertura do risco de crédito, do risco operacional e do risco de mercado;

d) "Modernização da destruição de numerário no Bacen" visa melhoria da segurança e precisão na contagem de numerário, reduzindo seu custo operacional e elevando sua produtividade;

e) "Modernização da infraestrutura dos edifícios funcionais do Banco Central" tem como objetivo a modernização e revitalização dos edifícios funcionais do Bacen, com vistas à melhoria da segurança e da qualidade de vida dos servidores e prestadores de serviços, bem como a sustentabilidade, como redução dos gastos de manutenção, melhoria da acessibilidade e da

disponibilização das instalações que mantém em funcionamento o Sistema Financeiro Nacional;

f) "Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen" visa aumentar a segurança nas instalações do Bacen, possibilitando à integração de suas representações regionais com o monitoramento a partir de Brasília e futura integração aos sistemas de controle de acesso e outros periféricos;

g) "Modernização do STR – Redução de riscos e aumento de eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central" visa: (i) mitigar o risco de liquidações financeiras das operações realizadas no mercado interbancário, as quais incluem, entre outras, as operações de política monetária e política cambial; (ii) propiciar condições de melhor liquidez ao mercado de títulos públicos federais; (iii) ampliar a competição entre os prestadores de serviços de pagamentos; (iv) dar maior visibilidade ao Bacen sobre as instituições financeiras; e (v) evitar a concentração de pagamentos nas instituições bancárias que atuam como instituição de liquidação e a exposição ao risco de interrupção ou lentidão no processamento do Sistema de Pagamentos de Grande Valor (SPGV) do Brasil;

h) Os projetos no âmbito do PDTI 2009/2011 são destinados ao aprimoramento da atuação do Bacen na área de tecnologia da informação, sendo os mais relevantes:

- "Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Banco Central do Brasil" visa atualizar a infraestrutura de rede, agregando novos serviços, provendo maior velocidade na transmissão de dados e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes;

- "Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil" visa atualizar, adaptar e divulgar constantemente normas, procedimentos, controles e orientações referentes à segurança da informação, à tecnologia de proteção da rede e às soluções, ao controle de acesso, ao registro de ações praticadas, aos antivírus e outras, garantindo a segurança dos processos operacionais. Além disso, visa conscientizar e capacitar os usuários nas políticas e práticas de segurança em tecnologia da informação;

- "Atualização da infraestrutura para automação de escritórios (micros, notebooks, aplicativos)" visa renovar os recursos tecnológicos destinados a atividade individual, atualizando-se também o software de base e os aplicativos;

- "Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil";

- "Atualização das soluções de hardware" visa atualizar e consolidar a tecnologia de armazenamento de dados e de servidores de aplicação, por meio de aquisição de produtos e capacitação de servidores;

- "Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Banco Central" visa prover as Unidades do Bacen de instrumentos adequados de Tecnologia da Informação que concorram para o cumprimento de suas missões institucionais;

- "Implementação de Tecnologia ECM e BPM" visa dotar o Bacen de um conjunto de ferramentas e procedimentos para a automação e otimização de seus processos de negócio, com base em tecnologias apropriadas para modelagem, simulação, automatização e monitoramento de processos, integradas com tecnologias para captura, guarda, controle, tramitação e recuperação de documentos produzidos e recebidos;

i) "Programa de Revitalização e Organização da Tecnologia de Informação" visa aumentar a disponibilidade dos serviços, melhorar a capacidade de processamento e o desempenho do acesso às bases de dados, e também minimizar o tempo de resposta dos aplicativos, conferindo maior velocidade na transmissão de dados, e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes locais e para a rede de longa distância;

j) "Reaparelhamento da Segurança" visa modernizar os equipamentos do Bacen, para garantir a segurança das pessoas, do patrimônio, dos valores e das informações;

k) "Recuperação de créditos do Bacen inscritos em Dívida Ativa ou em Depósitos Judiciais (precatórios e ações rescisórias)" visa recuperar os créditos do Bacen em processo de execução fiscal e os depósitos judiciais decorrentes de precatórios e ações rescisórias;

l) "SAR – Sistema de Administração das Reservas" visa possibilitar a atuação do Bacen no mercado financeiro internacional, procurando obter melhoria na performance das aplicações das reservas internacionais, maior flexibilidade para implementação de estratégias de investimentos das reservas, redução do risco operacional mediante a automação de processos, e aperfeiçoamento dos mecanismos de captura e disseminação de informações de mercado;

m) "Sistema de Controle de Acesso" visa a implantação de um novo sistema de controle de acessos nos edifícios do Bacen, para aumento da eficácia do sistema de segurança;

n) "Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros" visa desenvolver sistema integrado de gestão dos registros jurídico-financeiros da Procuradoria-Geral do Banco Central, relacionados às ações judiciais, à divida ativa e aos precatórios do Bacen, aprimorando a organização e a estrutura de governança corporativa da Autarquia, pela transparência, eficiência e eficácia de seus instrumentos de controle financeiro interno;

o) "Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen" objetiva dar visibilidade aos acervos numismático e de documentos históricos sob guarda do Bacen e garantir sua preservação.

8.4. Projetos concluídos

Projetos Concluídos	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2009	em 2010	até 31.12.2010
- A supervisão do Bacen no contexto da convergência das normas de contabilidade e auditoria aos padrões internacionais	896	743	(2)	741
- Alinhamento concentrado de competência em domínio de idiomas	4.650	3.681	453	4.134
- Aprimoramento do Programa de Gerenciamento Externo das Reservas Internacionais (PGER) com o investimento em novas classes de ativos	403	54	125	179
- Convergência das normas de contabilidade e auditoria aos padrões internacionais	792	490	85	575
- Estudos sobre anteprojetos de lei de liquidação de instituições financeiras	778	468	53	521
- Evolução da infraestrutura e dos instrumentos do sistema de pagamentos de varejo	510	344	65	409
- Desmutualização e integração de sistemas de compensação e de liquidação de ativos	268	155	49	204
- Financiamento de estudos de interesse do Banco Central relativos à implantação do *Latin American Bond Fund - LABF*	400	298	-	298
- Implantação da Universidade Corporativa do Bacen	9.072	8.580	53	8.633
- Implementação de Basiléia II - Fase 1: Estruturação	6.207	4.966	207	5.173
- Institucionalização de princípios e diretrizes para elevação do nível de maturidade organizacional relativo ao Valor Responsabilidade Social	163	56	33	89
- IV Seminário sobre Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária	400	231	16	247
- IX Reunião sobre Administração de Recursos Humanos de Bancos Centrais	256	-	109	109
- Modelo de risco integrado da Dipom e impacto nos resultados do balanço do Banco Central	381	200	80	280
- Modelos macroeconômicos dinâmicos de equilíbrio geral - *bayesianos*	409	252	61	313
- Novo sistema Expectativas de mercado	1.324	712	14	726
- *Rating* - Sistema de Automação	690	537	26	563
- Realinhamento da Cultura Organizacional e do Estilo Gerencial	4.724	-	4.490	4.490
- Restauração de obras de arte de Portinari integrantes do acervo do Bacen	857	675	158	833
- Reformulação da Regulamentação e dos Sistemas Informatizados do Mercado de Câmbio e de Capitais Estrangeiros no País e de Brasileiros no Exterior	5.271	436	3	439
- Sistema de pagamentos em moedas locais	1.532	730	280	1.010
- Supervisão de entidades não bancárias e de cooperativas de crédito no contexto do novo ambiente normativo de Basiléia II	848	642	21	663
- V Conferência Anual - IORWG	121	-	39	39
- VII Seminário - Curso Internacional de Gestão de Numerário	215	-	145	145
- XII Seminário Anual de Metas para Inflação do Banco Central do Brasil	560	-	259	259
- XII *Workshop in International Economics and Finance*	170	-	56	56
- XIV Reunião de Pesquisadores de Bancos Centrais	342	136	-	136
Total - Projetos Concluídos	**42.239**	**24.386**	**6.878**	**31.264**

O crédito em 2010, referente ao projeto "A supervisão do Bacen no contexto da convergência das normas de contabilidade e auditoria aos padrões internacionais", refere-se à devolução de passagens, cuja despesa foi realizada em exercício anterior.

Em relação aos projetos concluídos, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

a) "Implantação da Universidade Corporativa do Bacen" implantou um novo modelo de educação corporativa, diretamente relacionado à missão e aos objetivos estratégicos do Bacen;

b) "Implementação de Basiléia II – Fase 1: Estruturação" implementou a nova estrutura de capital para as instituições financeiras, atendendo as recomendações do novo Acordo de Basiléia (Basiléia II);

c) "Reformulação da Regulamentação e dos Sistemas Informatizados do Mercado de Câmbio e de Capitais Estrangeiros no País e de Brasileiros no Exterior" tinha como objetivo o estabelecimento de regras e o desenvolvimento de sistemas informatizados simples e modernos de câmbio e de capitais estrangeiros no País e de capitais brasileiros no exterior, adaptáveis à dinâmica do mercado internacional. Originalmente concebido para ser executado em três níveis – legal, infralegal e sistema informatizados –, apenas as ações concebidas nos dois primeiros níveis alcançaram o objetivo inicialmente proposto. Em decorrência de diversas alterações nas diretrizes estabelecidas, não foi possível implantar o módulo de sistema informatizado, tendo a Diretoria Colegiada aprovado a redução do escopo do projeto para englobar somente os níveis legal e infralegal. Como a maioria dos gastos previstos eram direcionados às ações de desenvolvimento de sistemas informatizados, os gastos realizados foram bem inferiores ao inicialmente estimado.

8.5. Projetos cancelados

Projetos Cancelados	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2009	em 2010	até 31.12.2010
- Digitalização de relatórios do Selic do período de dezembro de 1985 a janeiro de 2001, disponíveis em microfichas	2.558	-	-	-
Total - Projetos Cancelados	**2.558**	**-**	**-**	**-**

8.6. Projetos por tipo de despesa

O quadro a seguir apresenta os gastos dos projetos classificados de acordo com o tipo de despesa efetuada:

	2010	2009
Diárias e Passagens	7.034	6.010
Serviços Técnico Profissionais	5.152	3.057
Treinamento	2.124	3.186
Serviços de Consultoria	10.732	3.155
Equipamentos de Informática	4.451	24.586
Softwares e soluções de informática	25.771	14.546
Realização de Obras	13.468	6.868
Aquisição e Manutenção de Bens Móveis	4.266	2.831
Outras	2.098	2.223
Despesas Totais com Projetos	**75.096**	**66.462**

9 - RECEITAS DE JUROS

	2010	2009
Receitas de Juros	**97.728**	**98.285**
Operações Compromissadas	97.594	98.150
Outros	134	135
Total	**97.728**	**98.285**

10 - RESULTADO NO PERÍODO

O resultado no período foi positivo em R$20.445 (R$30.465 em 2009) e decorreu, basicamente, do fato de os rendimentos obtidos em aplicações em títulos públicos federais terem sido superiores às despesas com projetos.

11 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista as características da Redi-BC, que basicamente investe seus recursos em títulos públicos federais e os aplica em projetos de interesse do Bacen, não lhe sendo permitido contrair empréstimos ou outras formas de passivo, não existe política de risco na administração de seus ativos e passivos.

11.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Bacen ou o Governo Federal.

11.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

11.2.1. Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição da Redi-BC às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações pré-fixadas.

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pós-fixado	1.109.936	-	1.089.418	-
Sem juros	11	172	16	104
Total	**1.109.947**	**172**	**1.089.434**	**104**

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos pela Taxa Selic ou pelo IGP-M acrescido de juros.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2010 em R$890 (R$894 em 2009).

11.2.2. Risco de Variação Cambial

É a possibilidade de perda decorrente de alterações nas taxas de câmbio. A Redi-BC possui ativos financeiros em moedas estrangeiras destinados ao pagamento de despesas com projetos (nota 4).

Não há política de mitigação de risco de variação cambial em função do valor inexpressivo de ativos em moeda estrangeira.

11.3. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado o valor inexpressivo de passivos.

12 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NIC 24 – Divulgação de Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Redi-BC:

12.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Redi-BC não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Redi-BC por meio de cobrança de uma taxa de administração, que em 2010 foi de R$1.637 (R$1.358 em 2009). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

12.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela NIC 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o Bacen.

André Pinheiro Machado Mueller
Gerente Executivo da
Gerência-Executiva de Projetos

Eduardo de Lima Rocha
Chefe do Departamento de Contabilidade e
Execução Financeira
Contador - CRC-DF 12005/O-9

KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Administrador da
Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Redi-BC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Redi-BC para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Red-BC. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Brasília, 29 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC SP-152283/O-6 S-DF

RESERVA MONETÁRIA
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2010
Em milhares de Reais

A T I V O	Notas	31.12.2010	31.12.2009
ATIVO		**4.072.507**	**3.707.635**
Disponibilidades		6	3
Compromisso de Revenda	**4**	3.671.164	3.280.739
Créditos com o Governo Federal	**5**	374.730	426.893
Títulos Públicos Federais	**6**	26.607	-
TOTAL		**4.072.507**	**3.707.635**

P A S S I V O	Notas	31.12.2010	31.12.2009
PASSIVO		**2**	**2**
Créditos a Pagar		2	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9**	**4.072.505**	**3.707.633**
Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio		(13.509)	(14.269)
Resultados Acumulados		4.086.014	3.721.902
TOTAL		**4.072.507**	**3.707.635**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	Notas	2010	2009
Receitas com Juros	**10**	365.054	302.579
Outras Receitas		26	7
Outras Despesas		(968)	(1.017)
RESULTADO NO PERÍODO	**11.1**	**364.112**	**301.569**

DEMONSTRAÇAO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCICIO DE 2010
Em milhares de Reais

	Notas	2010	2009
RESULTADO NO PERÍODO	**11.1**	**364.112**	**301.569**
Ativo Disponível para Venda			
-Ganhos (perdas) levadas ao Patrimônio Líquido		760	76
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	**11.2**	**364.872**	**301.645**

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2010
Em milhares de Reais

	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PL	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**(14.269)**	**3.721.902**	**3.707.633**
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	760	-	760
Resultado do exercício	-	364.112	364.112
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**(13.509)**	**4.086.014**	**4.072.505**
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**(14.345)**	**3.420.333**	**3.405.988**
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	76	-	76
Resultado do exercício	-	301.569	301.569
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**(14.269)**	**3.721.902**	**3.707.633**

RESERVA MONETÁRIA **fl. 2**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2010

Em milhares de Reais	**2010**	**2009**
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais	**3**	**(4)**
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	(81.595)	(58.517)
Recebimento de crédito a receber	82.541	59.526
Pagamento de taxa de administração ao Bacen	(969)	(1.017)
Outros recebimentos (pagamentos)	26	4
Fluxo de Caixa Líquido	**3**	**(4)**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**3**	**(4)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**3**	**7**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**6**	**3**

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

1 - A RESERVA MONETÁRIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A Reserva Monetária foi criada pela Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, e tem por finalidade assegurar a normalidade dos mercados financeiros e de capitais, conforme o art. 12, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.342, de 28 de agosto de 1974, tendo como fonte de recursos a receita líquida do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF (art. 12 da Lei nº 5.143, de 1966).

Em decorrência da edição do Decreto-Lei nº 2.471, de 1º de setembro de 1988, que determinou a transferência da cobrança e administração do IOF para a Secretaria da Receita Federal, incorporando o tributo ao Tesouro da União, a Reserva Monetária deixou de receber novos ingressos originários da arrecadação daquele imposto. Não obstante isso, o Fundo não foi formalmente extinto e continuou a ser suprido com os valores recuperados pelo Banco Central do Brasil – Bacen referentes às aplicações feitas anteriormente no saneamento do mercado financeiro.

O Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Reserva Monetária não possuir personalidade jurídica, sendo o Departamento de Liquidações Extrajudiciais – Deliq responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Reserva Monetária está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Na forma do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Reserva Monetária somente poderá socorrer as instituições financeiras mediante a edição de lei específica.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 29 de março de 2011 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Reserva Monetária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – NIIF, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A NIIF 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

a) a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – NIC 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo *IASB* em três fases, conforme a seguir:
   - Fase 1: classificação e mensuração;
   - Fase 2: *impairment*; e
   - Fase 3: contabilidade de *hedge*.

b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída, estando prevista pelo IASB a efetiva conclusão das três fases para meados de 2011; e

c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Reserva.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Reserva Monetária, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Reserva Monetária, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado da Reserva Monetária é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido (nota 11.1).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos ou prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Reserva Monetária não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos financeiros

3.3.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.3.2 Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.3.3 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor Justo a Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os

juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento de sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.3.4 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos. As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os níveis demonstrados na nota 8.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação / Referência
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - Créditos Cedidos à União	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - FCVS	Disponíveis para venda	Valor justo / Taxas referenciais da BM&FBovespa
Créditos com o Governo Federal - Fahbre	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - FND	Disponíveis para venda	Valor justo / Valor patrimonial da quota
Títulos Públicos Federais - CVS	Disponíveis para venda	Valor justo / Taxas referenciais da BM&FBovespa
Passivo	**Categoria**	**Metodologia de Avaliação / Referência**
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado

3.3.5 Provisão para perda de ativos financeiros

A Reserva Monetária efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

a) dificuldades financeiras do devedor;

b) o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;

c) renegociação ou abatimento;

d) liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;

e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Reserva Monetária possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.5. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com o objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2010	31.12.2009
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	3.671.164	3.280.739
Garantias	3.693.369	3.301.624

A variação no saldo da rubrica compromisso de revenda deve-se à incorporação de juros (nota 10) e às novas aplicações no período.

5 - CRÉDITOS COM O GOVERNO FEDERAL

	31.12.2010			31.12.2009		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Prog. Refin. de Créd. Cedidos à União	337.202	-	337.202	349.461	-	349.461
FCVS	44.415	(7.340)	37.075	90.012	(14.269)	75.743
Fundo de Habit. de Baixa Renda - Fahbre	309	-	309	1.200	-	1.200
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	304	(160)	144	489	-	489
Total	**382.230**	**(7.500)**	**374.730**	**441.162**	**(14.269)**	**426.893**

a) O Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União refere-se aos créditos decorrentes da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que determina a consolidação das dívidas dos governos estaduais nas diversas entidades do Governo Federal, sendo corrigidos pelo IGP-DI e juros de 6% ao ano e vencimento em 2014. Esse crédito está classificado na categoria Empréstimos e Recebíveis.

b) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS é um fundo constituído com o objetivo de garantir a cobertura dos saldos devedores residuais em contratos habitacionais, cuja responsabilidade pelo pagamento é do Tesouro Nacional. Esse pagamento será feito por meio da novação do crédito e consequente emissão de títulos da dívida pública federal denominados CVS. Tendo em vista as características do crédito e dos títulos a serem recebidos no processo de novação, esse crédito está classificado na categoria Disponíveis para Venda.

A variação no saldo dos créditos com o Governo Federal deve-se, principalmente, aos valores recebidos no período relativos ao Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União, e à novação de créditos do FCVS (nota 6).

6 - TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Referem-se a títulos CVS recebidos pela Reserva Monetária em decorrência da novação, em outubro de 2010, de parte dos créditos do FCVS de sua propriedade.

Esses títulos são atualizados pela Taxa Referencial – TR mais juros efetivos de 3,12% a.a. ou 6,17% a.a., dependendo da origem da dívida. A custódia é feita na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – Cetip e terão vencimento em 1º de janeiro de 2027.

7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

	31.12.2010		31.12.2009	
Ativos Financeiros	**Valor Justo**	**Contabilidade**	**Valor Justo**	**Contabilidade**
Empréstimos e recebíveis	4.007.496	4.008.681	3.627.921	3.631.403
Disponíveis para venda	63.826	63.826	76.232	76.232
Total	**4.071.322**	**4.072.507**	**3.704.153**	**3.707.635**

Em 31 de dezembro de 2010, dentre os instrumentos classificados como Empréstimos e Recebíveis, o valor justo dos créditos com o Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União era R$336.018 (R$345.990 em 2009) e com o Fahbre era de R$308 (R$1.190 em 2009). Os demais ativos classificados nessa categoria não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se tratar de operações à vista.

8 - VALOR JUSTO – POR HIERARQUIA

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados em sua mensuração:

a) Nível 1 – avaliação baseada em cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos, negociados em mercado ativo, sem a realização de ajustes;

b) Nível 2 – técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis. Esta categoria contempla instrumentos financeiros que são avaliados utilizando-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados em mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outras técnicas de avaliação nas quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, em informações do mercado;

c) Nível 3 – técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis. Esta categoria contempla todos os instrumentos financeiros cujas técnicas de avaliação são baseadas em dados não observáveis em informações do mercado, sendo que estes dados têm efeito significativo na mensuração de seu valor justo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros que são avaliados com base em cotações de preços de instrumentos similares que necessitam, entretanto, de ajustes e de presunções para que seus valores justos reflitam as diferenças entre eles.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos financeiros da Reserva que são avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual está classificado:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Créditos com o Governo Federal	**-**	**144**	**37.075**	**37.219**
Créditos com o Governo Federal - FCVS	-	-	37.075	37.075
Créditos com o Governo Federal - FND	-	144	-	144
Títulos Públicos Federais - CVS	**-**	**-**	**26.607**	**26.607**

Os créditos com o Governo Federal (nota 5) e os títulos públicos federais (nota 6) são classificados no nível 2 e no nível 3 em função da metodologia de avaliação utilizada para sua mensuração, conforme discriminado abaixo:

a) FCVS/CVS – valor justo baseado nas taxas referenciais dos *swaps* DI x TR disponibilizados pela BMF&Bovespa para o prazo de vencimento dos contratos;

b) FND – valor justo baseado no valor patrimonial da quota.

Não foram identificadas metodologias alternativas, também consideradas apropriadas, que pudessem servir de base para cálculo do impacto de sua utilização na mensuração do valor justo das garantias apresentadas por FCVS e CVS.

9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Resultados acumulados

Inclui todos os resultados acumulados pela Reserva Monetária desde a sua criação, uma vez que não existe distribuição dos resultados acumulados.

9.2. Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no patrimônio

Referem-se aos ajustes de marcação a valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria Disponíveis para Venda.

10 - RECEITAS COM JUROS

	2010	2009
Receitas com Juros	**365.054**	**302.579**
Operações Compromissadas	308.830	281.454
Créditos com o Governo Federal	55.871	21.125
Títulos Públicos Federais	353	-
Total	**365.054**	**302.579**

11 - RESULTADO

11.1. Resultado no período

O resultado no período foi positivo em R$364.112 (R$301.569 em 2009) e decorreu substancialmente dos rendimentos obtidos nas operações compromissadas com títulos públicos federais.

11.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (nota 9.2).

12 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista suas características e a legislação específica (nota 1), a Reserva investe seus recursos em operações compromissadas com títulos públicos federais, não lhe sendo permitido contrair empréstimos ou outras formas de passivo. Assim, não existe política de risco na administração de seus ativos e passivos.

12.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Bacen ou o Governo Federal.

12.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

12.2.1 Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição da Reserva às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações pré-fixadas.

	31.12.2010	31.12.2009
Pós-fixado	4.072.357	3.707.143
Sem juros	150	492
Total	**4.072.507**	**3.707.635**

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos, por exemplo, pela Taxa Selic e pela TR.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2010 em R$3.325 (R$2.752 em 2009).

12.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado a inexistência de passivos.

13 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NIC 24 – Divulgação de Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Reserva Monetária:

13.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Reserva Monetária não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Reserva Monetária através da cobrança de uma taxa de administração, que em 2010 foi R$968 (R$1.017 em 2009). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

13.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Reserva Monetária, é considerada como parte relacionada obrigatória pela NIC 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Reserva Monetária, nesse caso, o Bacen

13.3. Governo Federal

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que originariamente a Reserva foi constituída com recursos tributários (nota 1).

O quadro a seguir apresenta as principais transações no período:

	2010	2009
Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União		
Saldo Inicial	349.461	390.122
(+) juros	50.641	17.939
(-) recebimento	(62.900)	(58.600)
Saldo Final	337.202	349.461
FCVS		
Saldo Inicial	75.743	72.600
(+) juros	5.378	3.067
(-) recebimento	(50.975)	-
(+/-) ajuste a valor justo	6.929	76
Saldo Final	37.075	75.743
Títulos Públicos Federais		
Saldo Inicial	-	-
(+/-) emissão/resgate	32.264	-
(+) juros	352	-
(+/-) ajuste a valor justo	(6.009)	-
Saldo Final	26.607	-
Outros	453	1.689
Total	**401.337**	**426.893**

Dawilson Sacramento
Chefe do Departamento de
Liquidações Extrajudiciais

Eduardo de Lima Rocha
Chefe do Departamento de Contabilidade e
Execução Financeira
Contador - CRC-DF 12005/O-9

KPMG

KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Administrador da
Reserva Monetária
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Reserva Monetária, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Reserva Monetária é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Reserva Monetária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Reserva Monetária. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva Monetária em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Brasília, 29 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Ricardo Anfesini Souza
Contador CRC SP-152233/O-6 S-DF